

As regras do jogo!!!

O ano lectivo 2004/2005 ficará marcado por uma série de episódios que mostram, claramente, que não houve qualquer preparação atempada para que tudo corresse com a calma e a normalidade desejáveis.

Em primeiro lugar, pela confusão surgida com o concurso dos professores que levou, não só, ao adiamento do início das aulas, mas também, a uma grande desestabilização nas escolas, na organização das várias actividades, na vida dos professores, dos alunos e dos pais. Este facto mostra, de forma inequívoca, que o novo programa informático não foi devidamente testado antes de ser utilizado o que, sob o ponto de vista técnico, se revelou um erro grosseiro. Não houve bom senso, responsabilidade, nem mesmo respeito pelas pessoas que, quanto mais não fosse, são as que pagam, com os seus impostos, o programa informático.

Por outro lado, verificamos que foi iniciado o ano lectivo sem termos as regras totalmente definidas, o que se revela algo perfeitamente inaceitável. Refiro-me, concretamente, à introdução de exames nacionais às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática sem que, na altura, se conhecessem os pesos e as implicações que esses exames teriam na nota final dos alunos que frequentam o 9º ano de escolaridade. Aliás, têm sido várias as alterações à Reorganização Curricular do Ensino Básico iniciada no ano lectivo 2000/2001 que, sem ter sido alvo de qualquer avaliação, foi já completamente desvirtuada no seu espírito. Acabaram os pares pedagógicos nas áreas curriculares não-disciplinares (Área de Projecto e Estudo Acompanhado), as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) deixaram de desempenhar um papel transversal através da introdução de uma nova disciplina no final do 3º ciclo com esse objectivo, a educação artística teve poucas condições para arrancar na maioria das escolas e agora, com a questão dos exames a Matemática e Língua Portuguesa, toda a lógica de desenvolvimento de competências ao

longo de um ciclo é posta em causa. Tentar combater o insucesso à disciplina de Matemática através da introdução de exames é algo descabido e inconsequente. Existem, há muito tempo, exames nacionais no final do secundário e, nem por isso, os resultados a Matemática deixaram de ser maus. Combater o insucesso a Matemática tem que ver com outras coisas que, só por si, dariam origem a vários outros textos. No entanto, não posso deixar de me referir à necessidade imperiosa de se reduzirem o número de alunos por turma, através de, por exemplo, desdobramentos, que permitam trabalhar com os alunos actividades de investigação em laboratório, através do recurso às tecnologias e a materiais manipuláveis. Mas isso é outra história!

Ora, voltando à questão das regras do jogo, convém referir que é um direito dos alunos e dos respectivos Encarregados de Educação conhecerem os critérios de avaliação definidos para as várias disciplinas. E o jogo já se iniciou no início do 3º ciclo, no 7º ano de escolaridade, onde cada escola, no seu Projecto Curricular de Escola, e cada turma, no seu Projecto Curricular de Turma, definiu as competências essenciais e específicas para o terceiro ciclo e os respectivos mecanismos e instrumentos de avaliação. Introduzir nesta fase um novo elemento, independentemente do peso que os exames do 9º ano terão na nota final do aluno, leva-nos a considerar inaceitável essa implementação, pelo menos no presente ano lectivo que já vai no seu segundo período. Foi, aliás, essa proposta de suspensão da implementação dos exames no 9º ano que a Associação de Professores de Matemática (APM) aprovou na sua reunião da Assembleia-Geral que teve lugar no XX Encontro de Professores de Matemática → ProfMat'04, realizado entre 29/09 a 01/10 na Covilhã.

Decidir no sector da Educação exige sensatez, bom senso e, acima de tudo, ponderação. Por outro lado, o sector necessita de estabilidade e não podemos

estar sempre na fase da experimentação e da implementação de medidas isoladas e avulsas. É preciso avaliar e só depois corrigir; é preciso ver os resultados e só depois promover os alinhamentos necessários. Não nos podemos dar ao luxo de, sempre que muda um governo ou até um governante, voltarmos ao início e desperdiçarmos os passos firmes que tinham sido já dados em frente. Não podemos perder mais tempo!

Luís Miguel Ferreira

Presidente da Assembleia Geral da APM

Matemática B

O programa, os alunos a quem se destina, as condições para o cumprir . . .

Quando há uns anos atrás começámos a discutir a hipótese de existência de um programa de Matemática diferenciado para diferentes cursos, fizemo-lo com o entusiasmo próprio de quem, nas escolas, há muito se confrontava com as dificuldades inerentes à leccionação do mesmo programa a alunos com um perfil muito diversificado, para quem, em não poucos casos, este constituía claramente um entrave a que pudessem concluir com sucesso os cursos que frequentavam. Referimo-nos de forma particular aos alunos dos cursos tecnológicos, embora pudessemos fazer uma análise semelhante de outras situações referentes a alunos que frequentavam cursos de prosseguimento de estudos, nomeadamente nas áreas das Artes ou do Desporto.

Da discussão em que então participámos surgiram, como é normal e até desejável, opiniões muito diferentes: alguns de nós defenderam claramente a existência de programas claramente diversificados conforme os cursos a que se dirigissem, assumindo que os cursos

tecnológicos não se destinam à partida ao prosseguimento de estudos e devem, portanto ser orientados para a integração na vida activa, pelo que a matemática a leccionar nestes cursos deveria reflectir claramente essa opção; outros defendemos uma formação matemática de base semelhante para todos, que facilitasse a permeabilidade entre os diferentes cursos e não constituísse um entrave ao acesso ao ensino superior; pelo que teria que ser sacrificada a opção por programas muito diferenciados. Em qualquer dos casos, e com as diferentes variações à volta destas duas opções de base, parece-nos que não foi defendida por ninguém a solução que veio a ser adoptada, pois mesmo quando se preconizava uma formação de base mais ou menos uniforme nunca se imaginou que fosse possível implementar um programa tão semelhante ao de Matemática A, que quase só se distingue deste pelas orientações de gestão e pelo tempo previsto para o leccionar, que é claramente inferior.

Partindo da realidade que é a existência deste programa, com as orientações de gestão e com os objectivos que lhe estão associados, gostaríamos de fazer algumas reflexões sobre as dificuldades que estamos a ter na sua implementação. Iremos referir-nos sobretudo aos cursos tecnológicos, pois é aí que se situa a nossa experiência e também porque nos parece que é nestes cursos que se encontram as maiores dificuldades.

Quando falamos de cursos tecnológicos estamos, quer o admitamos claramente ou não, a referir-nos a alunos que têm na sua imensa maioria um historial de repetidos insucessos em Matemática (e não só). Em muitos casos, os alunos têm mesmo já uma ou mais retenções no 10º ano nos cursos destinados ao prosseguimento de estudos, e inscrevem-se nos cursos tecnológicos como uma última hipótese para se classificarem para o exercício de uma profissão, não revelando qualquer intenção de prosseguimento de estudos. É pelo menos esta a nossa experiência, e é este genericamente o perfil dos alunos com quem estamos a trabalhar.

Neste contexto, não é difícil de imaginar como se tem revelado quase impossível o cumprimento deste programa, que pressupõe um ponto de partida com-

pletamente diferente. E que, como se isso não bastasse, pressupõe também a existência de outras condições para a sua aplicação, a começar pelas que se referem à implementação de mecanismos de remediação para os alunos que revelem lacunas inultrapassáveis (a detectar logo durante as aulas destinadas ao bloco inicial) e a continuar nas que dizem respeito aos métodos de trabalho a desenvolver durante o ano/ciclo de escolaridade, privilegiando o recurso às tecnologias para desenvolver a capacidade de resolução de problemas e actividades investigativas ou de modelação matemática.

No que diz respeito à necessidade de desenvolver actividades de remediação para os alunos a quem sejam detectadas lacunas inultrapassáveis, e que no caso a que se reporta a nossa experiência são em número muito significativo, como fazê-lo no quadro da actual situação? Segundo o documento de apresentação do programa, "as escolas devem estudar os melhores meios de pôr em prática um sistema de apoio e remediação, introduzindo mecanismos de avaliação e regulação da sua actividade e dos seus resultados, nomeadamente criando condições institucionais — tempo, horários compatíveis, designação dos professores — e organizativas — tempo, constituição de grupos de alunos/turmas a propor para apoio". Será isto exequível? Mesmo que não existissem as dificuldades inerentes à falta de professores com horas disponíveis para implementar estes programas de recuperação (e elas existem, dados os condicionamentos inerentes às orientações do ME para a organização dos horários, originadas pelos conhecidos condicionamentos orçamentais), haveria ainda que considerar que se trata de alunos com uma carga horária de 20 blocos lectivos semanais, tendo portanto obrigatoriamente 4 blocos diários, o que claramente torna inviável a organização de tempos supervenientes para apoios educativos.

Relativamente aos métodos de trabalho e ao recurso às tecnologias, e considerando as indicações metodológicas enunciadas no texto do programa, parece-nos ser de realçar um facto que tem de certa forma andado afastado das nossas reivindicações mais visíveis, mas que constitui sem dúvida uma forte condicio-

nante ao desenvolvimento desse objectivo: a partir deste ano lectivo, e precisamente aquando do início da implementação destes programas, desapareceu a possibilidade de existirem aulas desdobradas. Não sendo este um problema exclusivo dos cursos tecnológicos nem da Matemática B, entendemos que é altamente condicionante do cumprimento das metodologias propostas e indispensáveis ao cumprimento dos objectivos enunciados no programa. Com turmas a rondar os 28 alunos, com grupos de alunos pouco motivados e com enormes lacunas ao nível da sua formação básica, com poucos hábitos de trabalho cooperativo, as aulas desdobradas constituíam um momento privilegiado para o desenvolvimento de actividades de carácter mais prático, em que o recurso aos materiais manipuláveis ou à utilização dos computadores poderia ser especialmente motivador e enriquecedor. Nas actuais circunstâncias, e mesmo partindo da hipótese de que as escolas dispõem de laboratórios de matemática razoavelmente equipados (na melhor das hipóteses com cerca de 6 computadores na sala), não nos parece viável a sua utilização em pleno.

Ao enunciarmos todas estas preocupações gostaríamos sobretudo que elas pudessem constituir um espaço de reflexão, que permitisse ainda evitar que estes cursos tecnológicos fiquem rapidamente condenados ao mesmo insucesso a que eslavam deslindados os anteriores cursos técnico-profissionais, cuja taxa de conclusão era (ainda é) extremamente baixa.

A par com todas as preocupações expressas, queremos reforçar como última questão a que diz respeito à necessidade de voltarmos a dispor dos desdobramentos. As necessidades de poupança não podem justificar que os programas se tornem inexecutáveis e que as orientações metodológicas neles expressas não sejam sequer consideradas pela generalidade dos professores. E a nossa Associação não pode (não deve) demitir-se desta reivindicação.

Fernanda Oliveira

Escola Secundária Passos Manuel

A Redacção reserva-se o direito de editar os textos recebidos de forma a tornar possível a sua inclusão na Revista.